

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AMAZÔNIA - CINDRA

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Srº Zé Geraldo)

Requer a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir a Regularização Fundiária da BR 163.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência seja realizada reunião de Audiência Pública desta Comissão com o objetivo de discutir a Regularização Fundiária da BR 163.

Requeremos, ainda, que sejam convidados para participar da Audiência Pública Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBio; o Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA; Casa Civil e Ministério do Meio Ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

A BR 163, criada no regime Militar, durante todo esse tempo de sua implantação até o governo do ex-presidente Lula, não possui uma Regularização Fundiária. Nem para o pequeno, nem para o médio.

A partir do governo Lula iniciou-se o projeto de Ordenamento Fundiário na região, e também o projeto de Asfaltamento na BR 163. Esse Ordenamento Fundiário objetivava enfrentar a grilagem de terras, as queimadas e desmatamentos. Houve um

Macro Zoneamento, foram decretadas várias Unidades de Conservação, Reservas Biológicas. Lei de Gestão Florestal, Distrito Florestal, Código Florestal Brasileiro e Terra Legal, entretanto, a falta de presença mais decisiva do governo federal para dar destinação às terras públicas para as pequenas e médias propriedades não acontecem ou tem ocorrido de forma tímida.

A região permanece com muitas dificuldades para desenvolver suas atividades econômicas, sejam elas garimpeiras, madeireiras ou agropecuárias, justamente por falta dessa legalização. É fundamental se implantar Programas de organização das atividades econômicas, com a Licenças necessárias dos Órgãos federais e estadual (SEMA, EMATER, INCRA,DNPM, ICMBio e outros).

É fundamental observarmos que há um Programa institucionalizado, chamado BR 163 Sustentável, que é coordenado pela Casa Civil em conjunto com vários ministérios.É preciso que a Coordenação possa acionar esses Ministérios - tendo em vista que a BR 163 já está, em sua maioria, asfaltada; já há estrutura de portos em Itaituba e Santarém; e o complexo hidroelétrico do rio Tapajós no polo Itaituba, para se dar início no próximo ano.

Por tanto, a Regularização Fundiária carece de presença emergencial de ações decisivas dos governos, tanto federal, quanto estadual- para resolver o passivo de décadas. Enquanto o governo gasta volumosas cifras com fiscalização, a situação da Regularização Fundiária é crítica.

Sala da Comissão, em de agosto de 2015.

Deputado Zé Geraldo